

PROPOSTA DE GREVE DOS MÉDICOS SERÁ VOTADA AMANHÃ

HOSPITAIS SEM URGÊNCIAS
DURANTE DOIS DIAS

• APENAS SERÃO ATENDIDOS CASOS DE EXTREMA NECESSIDADE

A Comissão Nacional dos Médicos do Internato Geral vai propor à classe uma greve de dois dias para protestar pela destruição das carreiras e o desemprego médico, anunciou ontem um membro da Comissão.

A Comissão apresentará uma proposta de greve para os dias 3 e 4 de Fevereiro, num plenário de Policlínicos, que se realiza amanhã, na sala de alunos do Hospital de Santa Maria.

Machado Borges, do Executivo da Comissão, disse que os médicos do Internato Geral não atenderão as urgências, durante o período de greve, salvo em casos de extrema gravidade.

Os médicos do Internato Geral vão também concentrar-se, no dia 29 de Janeiro, junto à residência do Primeiro-Ministro, para protestarem contra a situação que o Governo lhes está a criar e que «só beneficia o agravamento da deterioração dos serviços».

A Comissão Nacional dos Médicos do Internato Geral acusa a ministra da Saúde, Leonor Beleza, de usar as prerrogativas do Governo na utilização dos meios da Comunicação Social, nomeadamente a televisão, para fazer afirmações falsas, que «revolam absoluta ignorância da situação do Serviço Nacional de Saúde».

A Comissão desafia a Ministra da Saúde para um debate público televisivo, para que nele justifique as afirmações que tem feito de que há médicos a mais e que estes não querem deslocar-se para a província.

«A formação médica e as especialidades só se podem fazer por via hospitalar e o Governo está a retirar aos médicos recém-licenciados a formação tecnológica necessária para o exercício da função».

Machado Borges disse ainda que não há médicos a mais mas sim uma concentração de médicos na capi-

tal, provocada pela deslocação de clínicos da província para formação profissional.

O Ministério da Saúde não tem dados correctos sobre a situação da Saúde em Portugal nem do número de médicos existentes, já que nas estatísticas integra os médicos com funções administrativas e de ensino, disse aquele membro da Comissão que acrescentou que «a saúde não pode ser gerida como se se tratasse de uma mercearia».

Referindo-se às vagas abertas para as especialidades, aquele membro da Comissão disse que o Ministério pretende abrir apenas 260, quando há cerca de 1.800 médicos que terminaram o Internato Geral.

«A decisão de abrir apenas 260 vagas foi tomada sem ter em conta preocupações importantes como o envelhecimento dos quadros médicos efectivos, a antiguidade dos quadros e as assistências dos cursos de especialidades anteriores», disse acrescentando que 38 por cento dos médicos têm mais de 50 anos.

«Todos os médicos estão integrados nos quadros da Função Pública, enquanto que os formados nos últimos três anos poderão não o ficar, se o Governo mantiver a sua posição», apesar de os Serviços Urgência funcionarem principalmente na base do trabalho dos médicos internos, frisou.

Os membros da Comissão salientaram as péssimas condições dos serviços hospitalares, nomeadamente das urgências, que têm sido em muitos casos os veículos de propagação de epidemias como a tuberculose, sarampo e brucelose.

GENTIL MARTINS ESTÁ
COM JOVENS MÉDICOS

«Se o estado insiste em ser o monopolista de uma saúde gratuita, tem, também, a obrigação moral de

empregar todos os médicos que vai formando, uma vez que cada um deles custa ao erário público cerca de seis mil contos» — sustentou ontem o bastonário da Ordem dos Médicos.

António Gentil, que defendeu deste modo o direito dos jovens médicos em terem colocação garantida, falava na sessão inaugural do «Congresso Nacional de Médico Interno», a decorrer na capital até Sábado próximo e que se destina à reciclagem científica dos recém-licenciados do Internato geral e complementar.

O Congresso, que congrega professores de medicina e médicos diferenciados de todas as faculdades e de vários hospitais de Lisboa, Porto, e Coimbra, conta com a participação de cerca de 1.200 recém-formados.

Gentil Martins, alicerçando a sua intervenção na defesa do médico interno, manifestou também contra a burocratização e estatização do sistema de saúde, apoiando ainda os jovens licenciados no que concerne à reivindicação do pagamento de um salário durante o período de estágio, questão que os opõe à ministra da Saúde, Leonor Beleza.

A sessão inaugural, a que estiveram presentes o ministro da Educação e os reitores das Universidades Clássica e Técnica de Lisboa, bem como representantes dos reitores das Universidades de Coimbra e Porto, seguiu-se uma conferência subordinada ao tema «síndrome de imunodeficiência adquirida (SIDA)» em que foi analisado o quadro clínico e as formas de evolução da doença.

Do programa de trabalhos do ontem constaram ainda oito mesas-redondas, onde figuraram doenças infecto contagiosas, ginecológicas, diabetes e reumatismo, como as formas de diagnóstico de algumas afecções tumorais.

Entretanto no Porto, responsáveis e representantes pelo sector da Saúde exigiram ontem a revogação imediata da legislação da carreira médica, designadamente no que diz respeito ao Internato geral médico.

Em conferência de imprensa, Guimarães dos Santos, presidente do Conselho Regional da Ordem dos Médicos, explicou as razões do descontentamento da classe face à legislação que considera o internato geral como um «estágio», e não como, uma «actividade profissional».

«É uma ideia peregrina que ninguém de bom senso que conheça acção dos internos cusaria tomar», sublinhou, acusando Leonor Beleza de tomar uma decisão sem auscultar as opiniões das estruturas e organismos que estão ligados ao problema.

«Em todo o mundo civilizado — disse o Internato geral tem, que ser desempenhado, e é uma actividade profissional como complemento obrigatório do curso de Medicina — disse Guimarães dos Santos que acrescentou que o Internato é das actividades mais exigentes em termos de exercício físico.

Depois de referir que «algo está mal neste País relativamente à política de saúde», o presidente da Ordem dos Médicos sublinhou que o poder político não tem os seus técnicos à altura para resolver os problemas que ocorrem, tendo criticado a estrutura burocrática do Ministério da Saúde.

Defendeu a mudança do sistema de Saúde, que passa por reformas estruturais de fundo, para que os médicos possam optar a trabalhar no privado ou no público, à semelhança do que acontece nos países onde existe um sistema aberto/misto, onde os clínicos na sua maior parte preferem não trabalhar para o Estado.

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Conflitos - Estormentes